



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Importância da Alfabetização e Letramento nos anos Iniciais do Ensino Fundamental para o Processo de Ensino-Aprendizagem

Elizabete Pinheiro de Oliveira
Rute Nunes Góes (Orientador)

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso é requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Pedagogia e tem como tema abordar sobre os aspectos da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mediante pesquisa bibliográfica, foram realizadas pesquisas de diversos estudiosos sobre o tema, promovendo uma maior contextualização dos fenômenos que foram apontados no decorrer do trabalho. Levando-se em consideração que a alfabetização é um processo de extrema importância para os alunos, dado que dela serão permitidas todas as demais aprendizagens ao longo da vivência escolar, esse trabalho traz, como objetivo principal, compreender quais são os principais aspectos da alfabetização nos anos iniciais no Ensino Fundamental, inclusive no que se refere à dificuldade de aprendizagem dos alunos dentro desse processo. Para isso, buscou-se descrever os aspectos gerais da Educação brasileira, elencando dados sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças; identificar os principais fatores que contribuem para a dificuldade de aprendizagem dos alunos frente à alfabetização; e entender de que forma o professor pode contribuir significativamente para que os alunos tenham uma alfabetização eficiente e eficaz. Sabe-se que é de extrema importância, para os educadores, conhecer os principais aspectos que permeiam o processo de alfabetização no Ensino Fundamental, permitindo, assim, que o educador consiga desenvolver práticas pedagógicas mais efetivas para sanar as dificuldades de aprendizagem que os alunos podem ter. Assim sendo, concluiu-se que a alfabetização, ainda que um processo de extrema importância para os alunos, pois permite que eles sejam preparados para as demais aprendizagens, além de inseri-los no contexto da escrita e leitura, fatores essenciais para o seu desenvolvimento em diversas esferas.

Palavras-chave: Alfabetização. Ensino-aprendizagem. Ensino Fundamental. Educação Infantil. Prática Docente.

ABSTRACT

This work of completion is a partial requirement for the graduation degree in Pedagogy and has as its theme to address the aspects of literacy in the early years of Elementary School. Through bibliographical research, researches of several scholars on the subject were carried out, promoting a greater contextualization of the phenomena that were pointed out during the work. Taking into account that literacy is a process of extreme importance for students, since all other learning will be allowed throughout the school experience, this work has, as main objective, to understand what are the main aspects of literacy in the years in elementary school, including regarding the difficulty of students learning within this process. For this purpose, we sought to describe the general aspects of Brazilian Education, listing data on children's learning and development; identify the main factors that contribute to the students' learning difficulties regarding literacy; and understand how the teacher can contribute significantly to the students' effective and efficient literacy. It is known that it is extremely important for educators to know the main aspects that permeate the literacy process in elementary school, thus allowing the educator to be able to develop more effective pedagogical practices to remedy the learning difficulties that students can face. Thus, it was concluded that literacy, although a process of extreme importance for students, as it allows them to be prepared for other learning, in addition to inserting them in the context of writing and reading, essential factors for their development in various spheres.

Key-words: Literacy. Teaching-learning. Elementary School. Child education. Teaching Practice.

Introdução

Sabe-se que o processo de alfabetização, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é extremamente importante para o desenvolvimento das crianças, sendo considerada, inclusive, como a base da formação de qualquer aluno. É durante este processo também que elas começam a construir sua identidade, adquirindo novas experiências e conhecimentos. O principal objetivo da alfabetização, no ambiente escolar, é fazer com que o aluno aprenda a ler e escrever corretamente, porém às vezes se torna um grande desafio para o professor, pois os alunos podem apresentar dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem na alfabetização.

As atividades realizadas ao longo do Ensino Fundamental, principalmente quando permeadas pelo contexto do letramento, são relevantes para a formação de todo aluno, pois permite que ele se sinta preparado para compreender os conteúdos propostos em sala de aula, interagir com as outras pessoas, ter novas ideias e despertar o interesse para leitura e escrita. A partir desse entendimento, os alunos

ficam incentivados a aprender, tendo facilidade nos conteúdos e diminuindo suas dificuldades.

Frente ao exposto, esse trabalho se justifica pela necessidade de se conhecer os principais aspectos que permeiam o processo de alfabetização e letramento no Ensino Fundamental, permitindo, assim, que o educador consiga desenvolver práticas pedagógicas mais efetivas para sanar as dificuldades de aprendizagem que os alunos podem ter.

Como objetivo principal, esse trabalho visou compreender quais são os principais aspectos da alfabetização e do letramento nos anos iniciais no Ensino Fundamental, inclusive no que se refere à dificuldade de aprendizagem dos alunos dentro desse processo. Para isso, buscou-se descrever os aspectos gerais da Educação brasileira, elencando dados sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças; identificar os principais fatores que contribuem para a dificuldade de aprendizagem dos alunos frente à alfabetização; descrever o contexto de letramento e a diferença dele com a alfabetização, e entender de que forma o professor pode contribuir significativamente para que os alunos tenham uma alfabetização eficiente e eficaz.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, foram utilizados estudos publicados em livros, artigos científicos e periódicos. Para uma maior compreensão acerca do tema, utilizou-se como base as contribuições de diversos estudiosos. Além de um parâmetro temporal dos últimos 15 anos, fator que contribuiu para um maior entendimento acerca da evolução do tema. Como parâmetro de descarte, foram desconsiderados os fenômenos que não possuíam embasamento científico ou relação com os objetivos propostos aqui. Nesse sentido, procurou-se utilizar os fenômenos que possuíam relevância para os objetivos e que atendessem a questão norteadora proposta nesse trabalho.

2. Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental

2.1 Aspectos gerais da Educação no Brasil

A educação, segundo Andrade (2010), desde 1500 até meados do século XX, era vista apenas como um setor assistencialista, pois as crianças eram colocadas nas escolas de educação infantil ou creches, apenas porquê os pais estavam ocupados durante o dia para poder ficar com os seus filhos. Observa-se que por muito tempo a

escola apenas cuidava das crianças, alimentando, trocando, dando carinho, e deixando brincar, se divertir, sem se preocupar com atividades que realmente fossem relevantes ao desenvolvimento da criança.

Entretanto, com o passar do tempo, começou-se a perceber a necessidade de desenvolver habilidades do aluno desde a fase infantil, assim criando conhecimentos e saberes que fundamentarão os próximos anos escolares e sua aprendizagem futura. Nessa fase, segundo Andrade (2010), a criança começa a criar seus primeiros valores, aprendendo formas de interagir com o meio ao seu redor, conhecendo seus primeiros conceitos sobre a vida, como o valor da amizade, a respeitar os demais, ou até mesmo adquirindo o valor da aprendizagem, pois se o aluno crie laços efetivos com o conhecimento, ele irá carregar a vontade de aprender por toda a vida.

O ser humano é um ser social, baseado em suas relações e interações com o meio, que fundamenta a sua formação, sendo que cada pessoa é determinada por suas emoções e sentimentos que regem seu comportamento e sua interação com a sociedade. A escola como um local de formação do ser humano, deve ensinar muito mais do que apenas os conhecimentos pragmáticos, que são trazidos por meio de teorias e fórmulas. Mas, a escola deve também preparar o aluno para as interações dentro da sociedade, considerando também a formação pessoal, social e emocional do aluno. Sobre essa afirmação, Andrade (2010) cita em seus estudos que as crianças têm um modo diferente de vida, sendo que antigamente essas particularidades não eram consideradas, sendo totalmente ignoradas pelos adultos ao redor.

O ensino das crianças desde seu primórdio era de responsabilidade da família, sendo que as crenças, valores e cultura eram passados pelos mais velhos, como pais, mães, avós ou outro parente que tivesse maior experiência. Sobre isso, Andrade (2010, p. 49) cita que:

Tudo ocorria no movimento de uma vida coletiva e as famílias conjugais se diluíam nesse meio. O grupo familiar era eminentemente societário. As funções educativas nesses grupos ficavam a cargo do grupo como um todo e se estendiam desde o processo de socialização das crianças até o ensino formal. De modo geral, a transmissão de conhecimentos e a aprendizagem de valores e costumes eram garantidas pela participação da criança no trabalho, nos jogos e em outros momentos do cotidiano da vida dos adultos.

Observa-se que todo o conhecimento que a criança adquiria era por meio da interação com a sua família, que passava valores e conhecimentos por meio da

transmissão oral, que fazia com ela refletisse todos os comportamentos que eram observados em seu dia-a-dia, porém as crianças não tinham uma educação sistematizada, que era voltada para a criação de seres pensantes e conscientes, que pudessem criar seus próprios valores e crenças.

No período Medieval, Kulhmann Junior (2011) ressalta que as crianças não tinham nenhum papel dentro da sociedade, muitas vezes se tornando relevante apenas quando começassem a trabalhar, o que acarretou em grande desleixo com o bem-estar do público infantil, o que fez com que a taxa de mortalidade da época fosse muito alta.

Além disso, o autor citado afirma que sempre houve uma diferenciação entre as crianças de baixa renda e aquelas da nobreza, sendo que os menos afortunados logo que atingiam a vida adulta iram inseridos no mercado de trabalho, enquanto as crianças privilegiadas tinham um ensino particular e tinham uma preparação para o futuro.

Arelada ao surgimento da escola entre o século XVI e XVII, Bruner (2011) ressalta que as crianças começaram a ter um papel importante na sociedade, sendo que esses se tornariam sujeitos úteis, criando uma visão mais otimista quanto à fase da infância. A educação da criança passou a ser vista de maneira diferenciada, pois ressaltou-se que ela é um ser completo, tendo a necessidade de existir uma preparação efetiva para a sua vivência em sociedade, e não somente nos contextos previstos no currículo escolar.

As escolas começaram a surgir conforme os interesses da sociedade, sofrendo influência de todas as áreas do mundo, que buscavam tirar benefícios e atingir seus interesses. Como em todos os aspectos da vida humana, a educação também é alterada pelas necessidades da sociedade, sendo que ela tenta se adaptar ao povo da época e atender sua demanda. Assim, o início da Educação infantil se deu, conforme Correa (2017) devido a grandes mudanças na sociedade, que substituiu a mão-de-obra humana por máquinas, o que exigiu uma demanda muito maior de funcionários para trabalhar na produção em massa.

Devido a isso, as mulheres começaram a ter maior espaço no campo profissional, saindo de suas residências para buscar autonomia profissional, assim, Paschoal e Machado (2009) citam que a forma de cuidar das crianças começou a mudar, pois as mulheres não ficavam apenas em suas casas. Os autores afirmam então que nesse período começaram a surgir as “mães mercenárias” que não queriam

trabalhar nas indústrias, então vendiam seus serviços cuidando de crianças de outras mães.

Com todas essas mudanças, uma das primeiras instituições que são citadas por Palangana (2015) é a Escola de Principiantes, no ano de 1769, localizada na França, que fundamentada ensinava morais e religiosos, além da aprendizagem para ler e escrever. Segundo o autor, essas primeiras instituições não tinham fins pedagógicos, mas apenas serviam de forma assistencialista, sendo um local onde as crianças recebiam proteção, higiene, alimentação e cuidados para manter seu bem-estar.

As escolas buscavam moldar a criança para a sociedade, pois além de desenvolvê-las, tinham que torná-las dóceis e que obedecessem às regras sociais, assim se tornando mais facilmente manipuláveis e submissas. Uma das primeiras escolas que teve preocupação com os princípios pedagógicos foi a escola de Robert Owen, que conforme Paschoal e Machado (2009), atendiam crianças de dezoito meses a cinco anos de idade, e tinham lições que buscavam seu desenvolvimento como aulas sobre a natureza, dança, música, exercícios de raciocínio, entre outras atividades de fins pedagógicos.

No ano de 1826, Moraes (2011) destaca as creches de asilos, que também atendiam crianças na etapa infantil, de 3 a 6 anos de idade, e buscavam uma educação moral e intelectual. O autor evidencia que não era apenas para mães que trabalhavam, mas acolhiam crianças que corriam riscos e perigos nas ruas, as ensinando costumes e auxiliando seu desenvolvimento.

Com o passar do tempo, a Educação passou a ser vista dentro das suas particularidades, atendendo, dessa forma, as demandas específicas das crianças no âmbito escolar. A sociedade atual, segundo Paschoal e Machado (2009) já percebe que a educação infantil deve promover o desenvolvimento de diversos aspectos sendo estes afetivos, emocionais, cognitivos, físicos e sociais, admitindo que estes são indissociáveis e devem ser trabalhados de maneira integrada.

2.2 Aprendizagem e o Desenvolvimento das Crianças

Primeiramente, faz-se necessário enfatizar que desde que nasce a criança é permeada por diversos estímulos, os quais são importantes para o desenvolvimento da mesma, quando recém-nascido o bebê conhece o mundo através do olhar e com alguns meses de vida busca aprender e conhecer o mundo através do tato e do ouvir.

A algum tempo atrás era a família que ajudava o bebê nessa fase de desenvolvimento, já que ele era rodeado apenas dessas pessoas por um certo tempo.

Na contemporaneidade, com a educação desde os quatro meses de idade, que é quando o bebê pode começar a vida escolar, a criança recebe vários estímulos e se desenvolve de maneira diferente de quando era apenas cuidado pelos pais e parentes, os estímulos são maiores e mais focados no desenvolvimento da criança.

De acordo com estudos de Aguiar (2016), esse contexto é perceptível quando se observa dois bebês que frequentam uma creche ou escola de educação infantil. Eles se desenvolvem de forma rápida em comparação ao que fica aos cuidados apenas dos pais, pois os educadores incentivam através de brincadeiras, músicas e estimulações a aprendizagem.

Para Palangana (2015), as crianças se desenvolvem através de estimulações dadas pelo mundo em que vivem, elas usam como exemplos o que vê no dia a dia, e aprende muito mais fazendo do que vendo, muita das vezes o educador mostra exemplos, fala e a criança não consegue entender, gravar ou aprender certo assunto.

O processo de aprendizagem de um indivíduo começa no âmbito familiar, depois transcorre nos encontros sociais e na escola. A aprendizagem, de acordo com Sarnoski (2014) é singular e individual, possuindo inúmeros fatores afetivos como elementos determinantes. Em sua grande maioria, conforme pontua a autora, o afeto explica a aceleração ou o retardamento do desenvolvimento intelectual na fase da infância, inclusive em seu processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

Para Moraes (2011) a criança tem duas fases de desenvolvimento e capacidade de aprendizagem, o primeiro é o nível de desenvolvimento efetivo que se dá através de testes mentais, que mostra o que a criança consegue fazer sozinha, e o segundo nível de desenvolvimento se constitui na área de desenvolvimento potencial que é aquilo que a criança consegue fazer através de imitações, de exemplos e demonstrações. O que a criança faz hoje com ajuda, ou por imitação ou demonstração, amanhã será capaz de fazer sozinha.

Em seus estudos, Kulhmann Junior (2011) acredita que a troca da criança com os outros são essenciais para o desenvolvimento da mesma, ainda segundo ele durante três anos a criança vive envolvida em um “sincretismo subjetivo” e neste período a criança enxerga e entende o mundo da mesma maneira que as pessoas que a cercam.

Ainda segundo o autor referido, dos três aos seis anos acontece o estágio personalístico que é quando a criança forma sua própria ação, em uma imitação inteligente, é quando ela forma sua personalidade, é também quando a criança deixa o sincretismo e pensa por si mesma, conforme a cultura a qual está inserida.

De acordo com Bruner (2011), após os 6 anos, idade em que a criança deve estar devidamente matriculada em uma escola regular para cursar o Ensino Fundamental, a sua aprendizagem passa a ter o foco na escrita, no desenvolvimento motor e cognitivo, como a alfabetização, que servirá como base para a aprendizagem nos demais anos, conforme apontado na próxima seção.

2.3 Considerações sobre o Processo de Alfabetização

Na área da Educação, por muito tempo se acreditou que o aprendizado da leitura e da escrita era uma responsabilidade da escola, conforme apontado anteriormente. Em consonância a essa afirmação, Mortatti (2016) diz que por ser uma esfera de exclusiva propriedade da escola, as adversidades que ocorriam no contexto da aprendizagem dos alunos também deveriam ser resolvidas por ela, o que incluía a importância de se estabelecer uma metodologia adequada de alfabetização para garantir que os educadores conseguissem solucionar todos os impasses.

Ganhando destaque no século XIX, a alfabetização no Brasil era baseada na dificuldade que os alunos apresentavam, principalmente as crianças, dentro do contexto de se aprender a ler e escrever. Por meio da Proclamação da República, as práticas voltadas para o ensino de leitura e da escrita se tornaram mais efetivas, dado que esses fatores permitiam o desenvolvimento social, e, conseqüentemente, do país (KRAEMER, 2010).

De acordo com os estudos de Kraemer (2010), a aprendizagem por muito tempo era restrita somente a algumas classes sociais e costumava ser disponibilizada em casa. Com o passar do tempo, ela passou a ser gratuita nas escolas e um direito de todo, e demandou a importância de se existir um sistema de ensino organizado e sistemático para preparar as pessoas para o mercado de trabalho, fator esse que fez com que surgisse a necessidade de se existir profissionais voltados e preparados para ofertar esse tipo de ensino nas escolas regulares, como os cursos de formação docente.

De acordo com Soares (2014), por muito tempo a alfabetização era compreendida como sendo um sistema de aprendizagem da escrita, tendo como foco

transmitir as informações acerca do sistema alfabético e ortográfico. Posteriormente, mediante estudos e pesquisas, assim como a evolução escolar, observou-se que as crianças aprendiam mediante estímulos do ambiente externo. Nesse contexto, o autor diz que a escrita era vista como um pré-requisito para que as crianças desenvolvessem a capacidade da leitura, ou seja, primeiro se aprendia a ler para depois, escrever.

Dada as dificuldades que existiam na alfabetização do Brasil, nos anos 80, a abordagem construtivista foi inserida no país, tendo como base, principalmente, os estudos de Emília Ferreiro (1986), pesquisadora argentina que trabalhou com Piaget. De acordo com Ferreiro (2016), o foco na abordagem construtivista deixa de ser a metodologia utilizada pelo educador para ser a forma como a criança aprende.

Ainda de acordo com Ferreiro (2016), o novo viés acerca da forma como a criança aprende a ler e a escrever permitiu que a alfabetização passasse por uma modificação profunda, dado que os paradigmas da codificação e da decodificação eram diferentes do tradicional, ou seja, daquele em que o professor era o transmissor do conhecimento e o aluno aprendiza por meio da decoração, como no caso das sílabas e na junção delas para a formação das palavras.

Para Soares (2014), o construtivismo alterou a concepção da aprendizagem de maneira profunda, permitindo que a comunhão entre a escrita e a leitura se tornasse ferramenta-chave para que o aluno fosse de fato alfabetizado. Além disso, a mudança permitiu verificar que a criança possui um papel ativo dentro da construção do seu conhecimento, e que ela constrói seus conceitos de escrita e leitura por meio da interação dela com a prática e com materiais.

Com o construtivismo, segundo Kraemer (2010), os professores passaram a refletir sobre como o aluno se relacionaria com a alfabetização de forma mais natural e plural, mediante a inserção de uma extensa e variada lista de práticas e de materiais de escrita e de leitura, fator que permitiu a redução dos índices de analfabetismo que por muito tempo perdurou no país.

Observa-se que o bom ensino estava pautado na memória, e o bom professor era aquele que seguia as diretrizes oficiais e aplicava adequadamente o método impresso nas cartilhas. Aos educandos cabia ter uma memória boa o bastante para decorar nomes ou sons de letras, sílabas, palavras, frases e textos, os quais, na maioria das vezes, vinculavam-se a preceitos higiênicos e patrióticos (MELO, 2015)

Segundo Soares (2014), para que a criança consiga de fato ser alfabetizada, ela precisa participar ativamente dos eventos variados existentes na leitura e na escrita, assim como desenvolver as suas habilidades acerca da leitura na prática social.

Nesse cenário, compreende-se que a alfabetização passou a ser entendida como um processo em que a criança adquire a apropriação do sistema de escrita, alfabético e ortográfico de maneira simultâneas de forma que consiga utilizar e ter uma maior significação no seu dia a dia, como o processo de letramento, que será abordado na próxima seção de forma aprofundada. .

2.4 Papel do Letramento na Educação e na Alfabetização

O letramento pode ser entendido como o resultado que advém do ato de ensinar ou de aprender a ler e escrever, assim como utilizar essas duas ações como habilidades sociais. Consonante a esse apontamento, o fascículo Pró-Letramento do Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p. 11) diz que:

[...] é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Como são muito variados os usos sociais da escrita e as competências a eles associadas (de ler um bilhete simples a escrever um romance), é frequente levar em consideração *níveis de letramento* (dos mais elementares aos mais complexos).

Partindo desse contexto, o letramento é descrito como a ação de aprender, ensinar e colocar em prática todas as competências e habilidades que foram adquiridas e aprendidas pelo leitor no instante da leitura, ou seja, efetivar a reflexão e o pensar acerca dos problema se situações reais, resultando, assim, na capacidade de agir de forma participativa e coerente com a realidade (DANTAS, 2012).

A alfabetização e o letramento possuem uma relação direta, haja vista que o primeiro permite que o segundo item seja efetivado pelo leitor dentro das suas vivencias sociais e participativas nos grupos em que convive, construindo e transformação a sua visão de mundo por meio da leitura e da escrita (VIEIRA, 2011).

Dentro desse contexto, pontua-se, de acordo com Vieira (2011) que a linguagem não é somente um contexto mecanizado, mas uma ferramenta inerente à interação humana com as demais pessoas, com as diversas culturas e com o

conhecimento de mundo, fator que justifica a sua descontextualização como objeto para que ela seja um instrumento de interação social.

O letramento é uma condição que amplia a concepção de alfabetização, haja vista que ele atribuiu significados mais amplos para o uso da língua e para o processo de construção da escrita no cotidiano da vida de todas as pessoas. Além disso, Costa (2015) diz que o letramento se relaciona com a alfabetização no sentido de auxiliar o desenvolvimento da consciência reflexiva e crítica, fator que permite um acesso amplo e irrestrito à cultura e ao papel de cidadão.

A alfabetização é o processo técnico que resulta na possibilidade de identificar o código escrito e o letramento se torna a utilização da leitura e da escrita para efetivar o processo de comunicação com o meio social em que o indivíduo está inserido. Nesse cenário, entende-se que a leitura dentro do processo de alfabetização é uma ferramenta que não se limita apenas à decodificação do texto, mas sim de permitir que os indivíduos sejam inseridos em um contexto social e cresça frente a ele (FERREIRO, 2006).

Sendo percebidos de forma indissociável, a alfabetização e o letramento são elementos que precisam fazer parte da prática pedagógica, pois o primeiro é pensado na perspectiva do segundo, de forma que os dois se complementem em prol do desenvolvimento dos alunos, pois, conforme observado anteriormente, somente alfabetizar não traz os resultados desejados para os alunos dentro da sua percepção social (MORTATTI, 2016).

O letramento também pode ser entendido, de acordo com Vieira (2011) como uma forma de ampliar o conhecimento do aluno no que se refere ao ato de ler e escrever. Para se formar um cidadão letrado, o autor pontua que os docentes devem efetivar uma nova postura dentro do processo de alfabetização, principalmente por meio da utilização da literatura infantil que permite o desenvolvimento das crianças dentro de diversos contextos.

Sabendo que a alfabetização se inicia antes mesmo da vivência escolar para as crianças, o professor precisa levar em consideração os conhecimentos prévios que elas trazem a fim de que elas assumam o papel de sujeito dentro da construção do conhecimento e no processo de aprendizagem. Nesse caso, de acordo com Costa (2015), o professor assume a postura de mediador visando preparar os alunos para se tornarem indivíduos com habilidades, capazes, principalmente, de atuar em sociedade, na qual tem na leitura e na escrita fatores imprescindíveis para tanto.

Dessa forma, entendendo que a alfabetização não representa somente identificar os códigos escritos e que o letramento é a utilização da leitura para fins sociais, inclusive inserção dos alunos no mundo em que vive, a prática pedagógica assume um papel importante dentro do processo de alfabetização, conforme será apontado a seguir.

2.5 Papel da Prática Pedagógica para a Alfabetização

Conforme apontado anteriormente, a alfabetização é um processo complexo que passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, sempre visando atender as necessidades do aluno frente à construção da sua aprendizagem. Nesse contexto, Poersch (2012) diz que o educador possui um papel de extrema importância para que o aluno consiga de fato ser alfabetizado, dado que vem dele e das suas práticas pedagógicas todas as ferramentas necessárias para que o aluno adquira a leitura e a escrita.

Antigamente, segundo Poersch (2012), as formas tradicionais de alfabetização inicial consistiam num método no qual o professor transmitia seus conhecimentos aos seus alunos. Porém, muitos desses professores não eram capacitados para compreender algumas dificuldades que a criança enfrentava antes de entender o verdadeiro sentido da leitura e escrita, provocando um déficit na aprendizagem dela.

Frente ao exposto, Zaindan e Caldeira (2010) dizem que é importante que o educador mantenha constantemente um olhar reflexivo sobre o seu papel em sala de aula, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois a alfabetização desse período será refletida ao longo da experiência escolar dos alunos.

Ainda de acordo com os autores referidos, a prática pedagógica pode ser entendida como uma prática social que faz parte do cotidiano dos professores em sala de aula, mediante envolvimento direto do aluno e mediada pela interação que existe na relação entre educador, discente e o saber que será construído.

Levando-se em consideração que o aluno é sujeito dentro da construção do seu conhecimento, conforme diretrizes da abordagem construtivista, os professores precisam formular práticas pedagógicas que permitam que os seus discentes consigam construir o conhecimento. De acordo com Melo (2015), a construção do conhecimento tem como base a relação entre o docente e o discente, para que ambos assumam o papel de ensinar e aprender de maneira simultânea, haja vista que o professor não é mais visto como peça central da educação em sala de aula.

A abordagem construtivista pode ser descrita, segundo Ferreira (2016), como a ideia de que nada está pronto ou acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais.

Dentro do processo de alfabetização, a prática pedagógica reflexiva faz-se de extrema relevância para que os alunos consigam ocupar o lugar de sujeito no aprender. Em consonância, Soares (2014) evidencia que a nova concepção de ensino, construtivismo, contribuiu de maneira significativa para a prática pedagógica nesse contexto, pois o foco passou a ser como a criança aprende e não como o educador transmitia o conhecimento pura e simplesmente.

Nessa nova percepção, o educador passou a ser exigido de maneira mais assertiva, principalmente no que se refere à busca constante de novos saberes e competências para ensinar, deixando de lado o pensamento mecânico que servia de base no antigo método tradicional (FERREIRO, 2016).

Restituir a língua escrita dentro de um contexto social; promover a produção e a interpretação escrita desde o início da vivência escolar; estimular a criança a interagir de maneira ampla e efetiva com a escrita; permitir o acesso sobre o nome próprio escrito desde o primeiro instante em sala (FERREIRO, 2016, p. 44).

De acordo com Ferreira (2016), o processo de alfabetização exige dos docentes uma série de conhecimentos e, também, uma maior capacitação, pois cada aluno possui uma particularidade que norteia a metodologia de ensino para determinada prática, a fim de que as dificuldades sejam superadas e o processo de ensino-aprendizagem ocorra conforme o esperado.

Pontua-se, nesse contexto, que é necessário que os educadores percebam que o processo de construção do conhecimento do aluno precisa ser realizado quando este assume um papel de sujeito ativo na aprendizagem a fim de se alcançar resultados satisfatórios no processo.

Além disso, entende-se que, nesse cenário, a alfabetização não atua mais sobre o enfoque da memorização silábica e de sons como era praticado no método de ensino tradicional e conforme apontado anteriormente, mas sim na construção efetiva do conhecimento, conforme previsto na metodologia construtivista que vem sendo utilizada nos últimos anos.

Media a essa transformação, passou a ser papel do docente alfabetizar o aluno dentro de um contexto e, também, mediante a utilização de materiais e práticas que permitam que o aluno seja amplamente inserido dentro do contexto da leitura e escrita. Sobre isso, Soares (2014) diz que por meio de diversas práticas a criança pode ser introduzida no contexto da leitura e, conseqüentemente, da escrita, pois ambos os caminhos estão interligados e, de certa forma, associados na alfabetização.

Ainda de acordo com o autor referido, o educador precisa rever as suas práticas para que elas consigam introduzir a criança na alfabetização, pensando nela, dessa forma, como alguém que é capaz e está apto para a aprendizagem. Assim sendo, observa-se que a prática pedagógica é a ação que o educador promove em sala de aula mantendo constantemente o foco na forma como o seu aluno está aprendendo e construindo o seu saber.

Assim como na escrita, a leitura, componente da alfabetização, é um processo de desenvolvimento e compreensão que se efetua no momento da interação com o texto e que pode ser enriquecida a partir das experiências anteriores do leitor, que influenciarão suas atitudes e a própria capacidade de interpretar e criticar, estabelecendo, assim uma troca, um diálogo entre autor e a pessoa que lê.

Considerações Finais

Mediante as pesquisas que foram realizadas no decorrer desse estudo, pontuou-se que a alfabetização é um processo de extrema importância para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois ela os insere no ambiente da leitura e da escritas, elementos fundamentais e essenciais para o desenvolvimento e a aprendizagem durante todo o período escolar.

Partindo desse pressuposto, visando atender os objetivos que foram propostos no início do trabalho, observou-se que a educação no Brasil, logo do seu descobrimento, sempre foi voltada para o atendimento das demandas da sociedade vigente, sem maiores aprofundamentos no que tange ao preparo do indivíduo para a vida em sociedade em diversas esferas. Além disso, as crianças, até meados do século XX, não eram consideradas como seres pautados da necessidade de aprender e desenvolver, tendo, no ensino, um enfoque meramente assistencialista.

Com o passar do tempo, evidenciou-se que o desenvolvimento da criança passou a ser visto como um fator essencial para a sua formação de cidadania frente

à sociedade na fase adulta, fator que demandou uma mudança significativa no que tange ao ensino que era ofertado para ela. Nesse contexto, a Educação brasileira passou por diversas modificações, até chegar no molde existente na sociedade contemporânea, tendo uma modalidade de ensino voltada exclusivamente para os anos iniciais da vivência escolar, como o Ensino Fundamental.

Mediante a sistematização do ensino voltado para as crianças, o processo de alfabetização passou a ser visto como um ponto-chave para a aprendizagem dos demais períodos escolares, cenário que permitiu uma nova percepção dos educadores sobre esse contexto. Assim sendo, a alfabetização deixou de ser ofertada apenas para os fins de decodificação de texto, mas sim para a criação do desenvolvimento crítico e da visão de mundo dos alunos.

Ressaltou-se que a alfabetização, por si só, é um processo que não depende somente da escola, mas, também, dos educadores em sala de aula, assim como a forma como ela deve ser conduzida frente à aprendizagem dos alunos. Da abordagem tradicional, que tinha o educador como figura central, adotou-se a abordagem construtivista, que trouxe a comunhão entre a escrita e a leitura como ferramenta-chave para que o aluno fosse de fato alfabetizado.

Nesse contexto, o docente precisou adaptar, também, a sua metodologia, dado que dentro do processo de alfabetização, a prática pedagógica reflexiva faz-se de extrema relevância para que os alunos consigam ocupar o lugar de sujeito no aprender, como sugerido pela abordagem construtivista, além de ser uma ferramenta para vencer todos os desafios inerentes ao ato de alfabetizar, como a ausência da família na vida escolar do aluno, o desinteresse, entre outros.

Frente essas modificações, ressaltou-se que para que a criança consiga de fato ser alfabetizada, ela precisa participar ativamente dos eventos variados existentes na leitura e na escrita, assim como desenvolver as suas habilidades acerca da leitura na prática social.

Assim sendo, respondendo a problematização desse estudo, concluiu-se que a alfabetização precisa ser compreendida dentro de uma abrangência maior para que os alunos consigam de fato ler e compreender o mundo que o cerca. Nesse contexto, os educadores assumem um papel essencial para o alcance dos objetivos, contribuindo demasiadamente para que os alunos obtenham um processo de alfabetização eficiente e eficaz, que será levado por toda a sua vida.

Dado os apontamentos realizados, faz-se necessário surgir novos estudos a fim de elencar as técnicas de alfabetização que surgem em prol de um ensino efetivos aos alunos. Partindo do pressuposto de que a Educação é uma esfera que se modifica visando atender as necessidades da sociedade, manter os estudos atualizados sobre a alfabetização é um processo que faz parte da formação continuada e de uma melhoria continua na Educação brasileira.

Referências

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado. **Reelaborando conceitos e ressignificando a pratica na educação infantil**. tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14116>. Acesso em 08 abr. 2020.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP. 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>. Acesso em 12 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Governo Federal. **Formação – Pró-Letramento**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/formacao/pro-letramento>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRUNER, Jerome. **A Cultura da Educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

CORREA, Cristina Rosineiri Gonçalves Lopes. A relação entre o desenvolvimento humano e a aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educaiconal**, v. 21, n. 3, p. 379-386, setembro/dezembro, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-379.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COSTA, Sérgio Roberto. **Interação e letramento escolar: uma (re)leitura à luz vygotskiana e bakhtiniana**. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015.

DANTAS, Otília Maria. As teorias da aprendizagem significativa e das inteligências múltiplas para uso em situações formais de ensino. **Prezi**, 2012. Disponível em: https://prezi.com/sjvxx1lsw_df/as-teorias-da-aprendizagem-significativa-e-das-inteligencias-multiplas-para-uso-em-situacoes-formais-de-ensino/. Acesso em: 12 maio 2020.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2016.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização, Leitura e Escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

KULHMANN JUNIOR, Moysés. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, 2011.

MELO, Eliane Barra Nova de. **PNAIC: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente.** 2015. 252 p. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8450>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MORAES, Silvia Pereira Gonzaga de. A concepção de aprendizagem e desenvolvimento em Vigotski e a Avaliação Escolar. **REVISTA HISTEDBR On-line.** Jornada 11, Artigo 9. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/9/artigo_simpolio_9_1008_silvia.moraes@uol.com.br.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

MORTATTI, Maria Raquel Lourdes. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Ministério da Educação**, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotski.** 2015. p. 74.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 9, n. 33, março 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>>. Acesso em 18 abr. 2020.

POERSCH, João Macedo. **Suportes Linguísticos para a alfabetização.** 4. ed. Porto Alegre: Sagra, 2012.

SARNOSKI, Edson Arthur. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista de Educação do Ideau - REI.** v. 9, n. 20, julho/dezembro, 2014. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/223_1.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

VIEIRA, Raquel Peixoto Ferreira. O processo de aquisição da escrita pela criança na escola. **IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino.** 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21008_9578.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

Z Aidan, Samira; CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; Práxis pedagógica: um desafio cotidiano. **PAIDEIA - Revista do Curso de Pedagogia da Universidade FUMEC.** Belho Horizonte, n. 14, p. 15 – 32, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/2374>. Acesso em: 14 abr. 2020.